

Sumario:

Conforme Santo Domingo percibía que se “estaba gestando un nuevo orden económico mundial”, de igual forma, hoy se puede hablar de dos nuevos escenarios en el orden económico futuro: o bien de continuismo o de cambio. Ante esto, a los Cristianos, no nos queda otra que, luchar con esperanza y entusiasmo para que la economía se oriente a la construcción de un mundo justo y solidario.

A Nova Economia
no Pós
Santo Domingo

Monseñor Affonso Felipe Gregory

Obispo de Imperatriz - Brasil. Licenciado en Teología,
Universidad Gregoriana de Roma. Licenciado en
Sociología, Universidad de Lovaina. Tel. (55-98) 524-
1814 Imperatriz
dioceseimp@jupiter.com.br

Foi-me pedido escrever um artigo sobre o título acima mencionado.

Atendendo a este pedido o faço mas sob um ângulo bem limitado que consiste numa mera reflexão e testemunhos pessoais sobre o assunto. Não vou, portanto, apresentar dados estatísticos e bibliográficos o que, porém, não quer dizer que não tenha me baseado nos mesmos para formular minhas reflexões.

No título deste artigo se faz alusão à uma “nova economia” após a Conferência de Santo Domingo. Para verificar dentro de que medida esta economia é nova ou não vamos ver em primeiro lugar e resumidamente o que Santo Domingo (1992) diz sobre a economia da época e depois vamos descrever dois cenários, um de continuismo na economia e o outro de mudanças (“nova economia”).

1. O que Santo domingo diz sobre a economia

Nos primeiros escritos preparatórios da Conferência de Santo Domingo só se falava do binômio Evangelização e Cultura. Lembrome de ter reagido, por escrito, a esta limitação. O fiz porque estava ciente da existência de uma corrente de pensamento no CELAM, de caráter “culturalista”, querendo amenizar ou deixar de lado as grandes preocupações de Medellín e de certa forma se opor a teologia da libertação. Se esta corrente tivesse um conceito mais realista e menos idealista de cultura até se podia aceitar. Acontece, porém, que o conceito com o qual se trabalhava era mais de uma sociedade ideal e portanto eram lembrados os valores que uma cultura deveria ter e cultivar; tratava-se de fato de uma visão muito voluntarista e pouco ligada à dura realidade da América Latina e do mundo. Este conceito de cultura continua ainda presente em muitos círculos da Igreja.



Sabe-se, no entanto, que existem outras formas de encarar a cultura e que eu chamaria de cultura “realista”, “histórica”. Esta forma não tem como referencial uma sociedade ideal, mas uma sociedade real. A cultura, neste caso, é a vida, são as lutas, as instituições, valores e contravalores, enfim a história de uma sociedade concretamente existente.

Esta, por sua vez, não sendo homogênea sob o ponto de vista étnico e social, faz com que, no seu interior, haja várias sub-culturas como, por exemplo, a cultura do negro, do índio, do pobre, do rico, etc.

Já na preparação de Puebla estavam presentes estas tensões, a saber: cultural x social; cultura idealista x cultura histórica; a favor da teologia da libertação contra a teologia da libertação; categórica reafirmação de Medellín x Medellín sem entusiasmo, etc. Pessoalmente participei intensamente destes preparativos, na qualidade de membro da Equipe de Reflexão Teológico-Pastoral que existia no CELAM na época. Devido as minhas posições acerca das questões que acabaram de ser lembradas o meu nome, que constava na lista dos participantes de Puebla, foi misteriosamente retirado da mesma.

Para terminar esta breve contextualização de como o social, e portanto também o econômico, entrou no título da Conferência de Santo Domingo, basta lembrar que foi por decisão do Papa que isto aconteceu. Assim sendo, o título definitivo da Conferência ficou: “Nova evangelização, promoção humana e cultura cristã”.

Em seguida apresentamos algumas afirmações de Santo Domingo sobre a economia.

O essencial sobre o assunto se encontra no Capítulo II, sobre a Promoção humana com o título “Nova ordem econômica”. Esta parte é relativamente curta: são só 3 (três) páginas.

Nesta matéria Santo Domingo ficou muito influenciada pela encíclica “Centésimus annus”, publicada pouco antes da Conferência.

Dito isto, apresentamos, em seguida, algumas afirmações de Santo Domingo:



- “É lícita a livre atividade dos indivíduos no mercado. Isto não significa que o mercado possa oferecer todos os bens que a sociedade requer e nem que esta possa pagar muitos dos bens necessários. A economia do mercado deve ter em conta estes limites.”
- “A necessidade de ações concretas dos poderes públicos para que a economia do mercado não se converta em algo absoluto, ao qual se sacrifica tudo.”
- “Não pode haver uma economia de mercado criativa, e ao mesmo tempo socialmente justa, sem um sólido compromisso de toda a sociedade e seus atores com a solidariedade”...
- “O empobrecimento e a agudização da brecha entre ricos e pobres golpeiam de modo grave a grande maioria de nossos povos...”
- “Apresenta-se como solução uma economia de livre mercado, assumida por não poucos com o termo de neoliberalismo e com um alcance que vai mais além do puro campo econômico e que parte de interpretações estreitas e redutoras da pessoa humana e da sociedade.”

Além destes temas Santo Domingo também falou rapidamente dos ajustes econômicos, da dívida externa e dedicou um título especial sobre a importância da integração latino-americana.

Pessoalmente participei do grupo de trabalho que tratou do assunto do presente artigo. O texto que foi entregue à equipe de redação foi bem mais amplo e rico do que o resumo que acabou sendo publicado. A partir deste resumo é muito difícil se ter uma ideia concreta da realidade econômica da América Latina e Caribe da época. Ademais os textos falam mais do que “deve ser” do que de fato “é” e o título “Nova Ordem Econômica” parece não ter sido o mais adequado, porque de novo pouco, ou nada, se diz nesta parte.

186

Assim sendo é muito difícil falar do que é propriamente novo na economia do Pós Santo Domingo. Diante desta dificuldade optei por falar de dois cenários da economia do futuro: **o cenário do continuismo** e **o cenário de mudança**.



2. Cenários do Pós Santo Domingo: continuismo ou mudança (novo)?

Introdução: Acho importante, antes de entrar nesta análise, dizer algo sobre o conceito de mudança em economia como também em outros campos da vida humana. Os sociólogos costumam fazer uma distinção entre mudança do sistema e mudança no sistema. Exemplificando, uma mudança do sistema foi a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista. Um exemplo de mudança no sistema poderia ser a passagem da economia do livre mercado para uma economia social de mercado, como vários países da Europa fizeram no período após a 2ª guerra mundial. A economia do mercado é o sistema como tal, mas o funcionamento deste sistema pode ser bem diferente, pode ser totalmente livre, como propõe o neo-liberalismo, ou pode ser voltado para o social (solidariedade) como foi (e ainda hoje é) da experiência europeia da qual acabou de se falar.

Na atual conjuntura de economia neo-liberal e de globalização não se prevêem mudanças **no** sistema. Entre tantos fatos que se poderiam apresentar para provar as fortes resistências a mudanças, apresento os dois que seguem.

O Primeiro Ministro da França, Ricard, sendo socialista, ao ser interrogado por uma jornalista sobre a diferença do seu programa - que de fato era conservador - e os programas de direita, respondeu: - *“A diferença é que eu faço o que faço com a dor no coração”*. Quantos Ricards gostariam de fazer em economia as coisas diferentemente e não podem.

O segundo exemplo é da atual situação do Brasil. O País se encontra em plena campanha eleitoral para Presidente, Governadores, Senadores e Deputados. Dado que os resultados das pesquisas estão dando preferência a uma candidatura presidencial de mudança, o mercado internacional passou a reagir, colocando o Brasil em segundo lugar, logo depois da Argentina e mesmo antes da Argélia, na lista dos países de maior risco para os investidores. Este tipo de pressão fez com que praticamente todos os candidatos passassem a tomar uma posição moderada e não abertamente de mudança.



Pessoalmente não vejo na atual conjuntura mundial condições para uma mudança do sistema mas sim, não só vejo mas acho necessárias profundas mudanças (novo) **no** sistema. Estas se processando ao longo do tempo podem chegar a mudar até o próprio sistema.

Muitos dirigentes políticos, empresários e economistas acham que as considerações que acabam de ser feitas são perda de tempo, são inúteis. O que eles propõem é um pragmatismo sem ideologia. Será que é possível existir tal pragmatismo? É historicamente conhecido que os que vêm os seus interesses defendidos e alcançados por um sistema determinado costumam fazer de tudo para defender este sistema e ocultar a ideologia que está na base do mesmo.

Assim sendo, não é perda de tempo e não é inútil ocupar-se em explicitar, desocultar, as ideologias que estão por detrás das práticas concretas.

Seria inútil, isto sim, perder-se em especulações ideológicas, desconectadas da vida concreta das pessoas e da sociedade. No caso concreto deste artigo encontramos também no conceito **sistema** uma boa chave de leitura para a parte que segue, que é uma análise do continuísmo ou da mudança na economia, no pós Santo Domingo.

2.1 *Cenário do continuísmo*

Sob o ponto de vista sócio-econômico o mundo de hoje é dominado por um processo de globalização, uniformização e economização. A indústria, comércio e finanças hoje são transnacionais. As grandes empresas marcam sua presença em todas as partes do mundo. Podem servir como símbolos populares e pelo menos mais aparentes e visíveis disso a Coca-cola e as redes de Mc'Donalds. Um outro exemplo da transnacionalização da economia vem do mundo das finanças. Uma infinidade de dólares passam diariamente de uma nação à outra, especulando pelo maior lucro, desestabilizando não poucas vezes as moedas e economias principalmente de países mais pobres e fracos.

Um outro aspecto da atual economia é a sua uniformização através do sistema neoliberal. A partir do momento em que o

socialismo real implodiu em 1989, o neoliberalismo tomou conta do mundo. Não existe mais concorrentes ou utopias. Há mesmo quem diga que é o “*fim da história*” (F. Fukuyama).

Um terceiro aspecto da atual economia é de ela se apresentar como um absoluto. Tudo se reduz às leis do mercado; elas são intocáveis, são uns verdadeiros dogmas, elas é que vão resolver todos os problemas sócio-econômicos do mundo. A lei do mercado que sobressai é a lei da livre concorrência, é preciso nesta espécie de guerra econômica, sobreviver a todo custo, pouco importando a liquidação dos outros. O grande objetivo em vista é o lucro.

Não se nega que este sistema também tem lados positivos como, por ex., a eficiência. Ele inventa sempre novas tecnologias para se tornar ainda mais eficiente. Eficiente sim, mas injusto. Tiram proveito dele os ricos e poderosos e em parte também aqueles que através de algum emprego formal fazem parte do sistema. Os que não têm emprego, os pequenos e fracos, quer se trate de pessoas quer de países, cada vez são mais excluídos do acesso aos bens produzidos pelo sistema. Assim sendo a brecha entre ricos e pobres, que já é grande, tende a aumentar cada vez mais, como também tende a aumentar a concentração dos bens.

Conforme os dados das Nações Unidas os 20% dos mais ricos, que em 1960 já possuíam 70% da renda mundial, passaram a possuir 83% em 1990 e do outro lado os 20% dos mais pobres, que em 1960 se deviam contentar com 2% da renda mundial, em 1990 deviam se contentar ainda com menos, 1,4%. Conforme o Secretário Geral da ONU (2.000), a metade da população mundial luta para sobreviver com menos de dois dólares diários. Ao redor de 1.200 milhões (aprox. 20% da população mundial) de pessoas subsistem com um (1) dólar diário.

Acabo de chegar de uma região do Brasil de pequenos produtores de leite. Uma grande transnacional adquiriu o monopólio da comercialização deste produto e tomou a seguinte decisão: só me interessam os produtores de 1.000 litros de leite diários e estes em número de 3.000. Através desta decisão foram atingidos 30.000 pequenos produtores da região. Esta pobre gente trabalhadora vai

fazer o quê? Exemplos, ou melhor, maus exemplos como este se podiam multiplicar.

A única novidade que aparece neste cenário são as integrações regionais que se estão formando. Mesmo que no interior destas economias regionais haja um certo grau de cooperação interna mas isto só se faz para ter mais condições para concorrer externamente com outras regiões do mundo, portanto, a lei da livre concorrência continua prevalecendo.

Aqui seria necessário abordar de forma mais exaustiva a questão da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Sendo este assunto, porém, tratado e outros lugares, aqui me limito a fazer um alerta sobre a gravidade desta questão.

Como acabamos de dizer é boa a idéia da cooperação de países vizinhos para conseguir melhores resultados econômicos para as suas populações, isto, porém, supondo que o nível sócio-econômico destes países não seja muito diferente.

No caso da ALCA acontece, porém, que um país só, os Estados Unidos, possui 76% do PIB de todo o hemisfério. Esta superioridade econômica faz com que este país se recuse a discutir a questão dos seus subsídios e outras barreiras não territoriais e ao mesmo tempo quer a liberalização comercial e uma desregulamentação geral da economia dos demais países. Este é só um exemplo da imposição deste país, de sua vontade sobre os demais países, economicamente mais fracos.

Na hipótese da aprovação da ALCA, as salutares e ainda frágeis buscas de cooperação do MERCOSUL, Região Andina e América Central, certamente seriam frustradas. Segundo as atuais leis vigentes do mercado vence o mais forte, em nosso caso não há dúvida quem é este mais forte.

Esta dura realidade desmente o dogma dos “economistas” que acham que “a mão invisível da concorrência” vai combinar todos os interesses e com o tempo vai atender às necessidades de todos.

Na atualidade o sistema neoliberal pelo seu “dinamismo” e “eficacidade” apoiado sob um fantástico arsenal de pesquisas e por falta de propostas alternativas consistentes para se opor a ele, apesar de sua frieza e crueldade sob o ponto de vista humano e social, tende a continuar, pelo menos por ora, a ser hegemônico.

Para compreender este continuismo sistêmico talvez possa ajudar, além da distinção que acima se fez entre mudanças **do** sistema e mudança no sistema, a comparação com os fenômenos naturais como enchentes, terremotos, etc. Pode-se controlar os seus efeitos mas não se domina o seu processo. Com os processos históricos, uma vez que adquirem “autonomia” costuma acontecer algo semelhante, pois passam a ganhar o estatuto de fenômenos “naturais”, mesmo não o sendo, porque produzidos pela ação humana. Sendo produzidos pela ação humana esta também tem condições de controlar os seus efeitos, quer benéficos, quer maléficos. Bem mais difícil é mudar os processos históricos que acabaram adquirindo a qualificação de “naturais”. Isto, porém, não é impossível, porque mesmo que sejam considerados “naturais” são resultados da ação humana. Em seguida vamos ver alguns passos que apontam para a mudança.

2.2 Cenário de mudança

Em contrapartida do que foi dito no item anterior existem também sinais de mudança.

O primeiro destes sinais é de ordem econômica. Um sistema econômico que cada vez mais aumenta a brecha entre uma minoria rica e uma maioria pobre não pode continuar indefinidamente. Isto significaria condenar a humanidade a um determinismo, a uma fatalidade que a humanidade, dotada de inteligência e liberdade, não pode suportar por muito mais tempo. A um momento dado algo vai acontecer. Não está excluído que este sistema, se ele não vier a pôr limites a atual concorrência desenfreada, vai implodir como implodiu o sistema do coletivismo real.

Dentro do sistema da economia global já surgiram várias crises: a do México e mais recentemente a dos Tigres Asiáticos, a da Rússia e atualmente a da Argentina. Isto mostra a vulnerabilidade dentro do

sistema, principalmente quando este pretende funcionar de forma totalmente autônoma das demais realidades da vida social. É necessário que ao nível mundial se reformem e se reforcem os organismos internacionais já existentes ou se crie uma instância nova, em que a economia deixe de ficar isolada e totalmente autônoma e passe a trabalhar de mãos dadas com a política, ciência, cultura e ética. Espero que não seja necessária uma crise mundial como a de 1930, para se criar esta instância internacional e uma nova ordem econômica e política mundial desejável e necessária.

As crises às quais acabei de me referir puseram em evidência o fato de uma interdependência cada vez maior entre os países. As crises localizadas afetaram a economia global, mundial, sem, portanto, excluir os países mais ricos. Assim sendo aumenta o interesse para evitar tais crises e mesmo que isto não for feito por motivos de solidariedade, não deixa de ser um dado positivo e apontar para mudanças no futuro.

Os sinais mais positivos de mudança não vêm propriamente de dentro do sistema econômico vigente, mas vêm de fora, a saber, do mundo socio-cultural e político. Em outros termos vêm de um processo de conscientização que critica o sistema e principalmente os seus efeitos negativos. Em seguida apresentamos alguns destes sinais.

É impressionante o que se produziu, desde a importante Declaração dos Direitos Humanos de 1948, de declarações, documentos e manifestos que vão na mesma direção da Declaração dos Direitos Humanos. Trata-se, sem dúvida, de algo muito positivo que expressa a consciência coletiva, quer nacional quer internacional, a favor de uma ordem sócio-econômica mais justa e solidária. Do outro lado é lamentável que esses Direitos ficam, na maioria das vezes, sobre o papel e não são postos em prática. Não obstante, estes Direitos Humanos, aprovados em Conferências de Cúpula e Congressos importantes, continuam a interpelar a consciência da humanidade o que já é um passo importante para uma mudança na perspectiva de um mundo mais justo e solidário.

No meu país, o Brasil, atualmente estamos em campanha política para eleger o Presidente, Governadores de Estado, Senadores e

Deputados. É impressionante como o discurso de todos os candidatos se volta para temas de caráter social, que são do interesse dos eleitores. Estes por sua vez são cada vez mais conscientes e exigentes não somente antes das eleições mas também depois das mesmas.

Na lista dos sinais ainda se pode acrescentar o reducionismo da proposta neoliberal. A competitividade não é o único valor do qual podem tirar proveito os países do mundo inteiro. O mercado da concorrência não é tudo. Ele não pode impor a sua lógica aos fenômenos sociais e humanos. O mercado não somente é imperfeito, ele é também incompleto. Ele não dá resposta a tudo. Não se encontram todos os “produtos” no mercado da concorrência. Como sublinha um relatório do Business Council for Sustainable Development, *“a lógica tradicional do meio dos negócios, que quer que os aspectos humanos e ecológicos sejam postos de lado, é incapaz de responder às atuais necessidades da população e de se adaptar às mudanças”*. Cada vez mais se admite que a pretensa racionalidade econômica não pode ela só - mesmo que ela reivindique o direito de fazê-lo - influir sobre as outras esferas da vida individual e coletiva tais como a educação, o comportamento das famílias, o desenvolvimento do conjunto e o funcionamento das instituições democráticas.

Na lista dos sinais de esperança e mudanças existem dois que merecem um destaque especial: o Fórum Social Mundial e as iniciativas para a erradicação da pobreza.

Fórum Social Mundial

Os dois Fóruns realizados em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul no Brasil, em 2001 e 2002, na mesma data em que se realizavam em Davos, na Suíça, os Fóruns econômicos mundiais já é uma primeira indicação do seu significado e objetivo: constituir-se em um contraponto a Davos.

Sobre este tema haveria muito a dizer mas isto já foi feito em outros lugares, por isso aqui somente são apresentadas algumas questões mais fundamentais.

Pela repercussão que o Fórum Social Mundial teve, pode-se perceber que ele veio a corresponder a uma expectativa presente pelo mundo afora. Este mundo, depois da queda do muro de Berlim, entrou numa espécie de apatia, aceitando a imposição do “pensamento único”. Aos poucos, porém, começaram a surgir movimentos inconformados com a situação reinante. Isto acontecia principalmente quando se realizavam os encontros dos grandes organismos que representam a economia mundial como o F.M.I., O.M.C. e Davos. Tratava-se de manifestações de contestação e sem maiores articulações. Neste contexto surge o Fórum Social que dá um salto qualitativo nestas manifestações e isto porque se trata de algo mais articulado e não algo meramente contestatório, mas também algo propositivo. A idéia central do Fórum é: Um outro mundo é possível e necessário.

As presenças no Fórum são um sinal bem significativo de que ele veio responder a algo que estava sendo esperado. Estiveram presentes ao redor de quatro mil delegados de quase mil organizações provenientes de cento e vinte países. A estes delegados se juntavam, nas mais de quatrocentas oficinas que funcionavam pela tarde, ao redor de umas seis mil pessoas e o mesmo se diga dos demais eventos realizados.

O Fórum de Porto Alegre não deve ser analisado somente pelas idéias que aí foram debatidas mas como um acontecimento histórico de grande relevância que, como já foi dito, queria ser um contraponto a Davos. Aí em Davos foi necessário um grande esquema de segurança ao passo que em Porto Alegre a tônica era a liberdade, o entusiasmo, a festa.

Além da repercussão deste acontecimento, através dos meios de comunicação, também o conjunto de documentos produzidos que se encontram na Internet e em diferentes formas de publicação são o resultado do Fórum de Porto Alegre que, propositadamente, não quis publicar um documento único, dado a riqueza e também a variedade das idéias apresentadas.

A realização dos Fóruns continuará, mas com esta variante: Num ano será multipolar, i. é., se realizará em vários lugares e noutro ano será unipolar.



Iniciativas de erradicação da pobreza

É um sinal muito positivo que, entre outras iniciativas, também os grandes organismos internacionais começaram a se preocupar com este assunto.

Já em 1993 o B.I.D. (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o P.N.U.D. (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) realizaram um Fórum com o tema “Reforma Social e Pobreza”.

Em março de 1995 se realizou em Copenhague o importante cume Mundial da O.N.U. sobre o desenvolvimento social.

Em 2000 o Secretário Geral da O.N.U. afirmou que “*a metade da população mundial vive obrigada a tentar sobreviver com menos de dois (2) dólares diários. Ao redor de mil e duzentos (1.200) milhões (20%) de pessoas subsistem com menos de um (1) dólar diário*”. Em coerência com esta afirmação o mesmo Secretário afirma que “*O objetivo mais importante da O.N.U. em matéria de desenvolvimento deve seguir sendo a erradicação da pobreza no mundo*”.

A 19ª decisão da Declaração do Milênio da ONU (Nova York, 6-8 de setembro de 2000) foi de reduzir para a metade, até o ano 2015, a porcentagem dos habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um (1) dólar por dia e a das pessoas que passam fome; de igual modo reduzir para a metade a porcentagem das pessoas que não têm acesso a água potável e carecem de meios para a obter.

O próprio F.M.I., organismo mais voltado para estabilizar as contas externas dos países, a partir de 1999 também começou a dizer que é preciso “*erradicar a pobreza e humanizar a globalização*”.

Poderiam ser elencados muitos efeitos positivos do sistema neoliberal vigente, mas não há nenhuma dúvida que ele é concentrador da riqueza e portanto também causador da pobreza, que é o seu maior efeito negativo.

As insistências sobre a necessidade da erradicação da miséria certamente devem, ao seu tempo, trazer mudanças benéficas no sistema vigente, e é isto que a humanidade espera.



Falando de iniciativas que apontam para o novo se poderia fazer ainda uma lista muito grande. Aqui somente vou lembrar algumas como a experiência dos “bancos éticos” já existentes na Holanda, Alemanha e Itália; um banco ético responde às exigências de transparência e a objetivos controlados pelos clientes, objetivos esses que excluem o financiamento de fábricas de armamento, ou que usam o trabalho de menores ou ainda que poluem a natureza. Outra experiência muito interessante é a da “Economia da Comunhão” do Movimento dos Focolares. Uma iniciativa que se orienta na mesma direção, mas que é de gênero diferente é o grupo de Lisboa que editou, em 1995, um livro com o sugestivo título “Limites à la compétitivé”. Esse livro, e não é o único, analisa o sistema neoliberal e lhe faz duras e justas críticas que certamente terão seu círculo de influência.

Na atualidade histórica que vivemos estes sinais, no entanto, são ainda muito débeis diante da gigantesca máquina econômica globalizada. A história, porém, é dinâmica, ela não pára; é preciso lutar, e com muito entusiasmo e esperança, para que ela se oriente para a construção de um mundo justo e solidário, assim como é o grande sonho do Cristianismo desde o seu início, pois já nos Atos dos Apóstolos lemos que “*Entre eles ninguém passava necessidade, pois o dinheiro que recebiam “era distribuído conforme a necessidade de cada um”* (At. 5, 34 e 35).

Imperatriz, 16 de julho de 2002